

MANIR, Mônica. *Por um ponto final*. São Paulo, COM-ARTE, 2021.

Resenha do livro *Por um ponto final*

JOSÉ FERREIRA JUNIOR

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.

Palavras-chave: Jornalismo. Reportagem. Literatura.

O professor e investigador de mídia, Afonso de Albuquerque (2009), localiza uma diferenciação fundamentalmente importante para entender o processo da chamada modernização do jornalismo brasileiro, durante a segunda metade do século XX.

Trata-se do fato de o país, os Estados Unidos da América, onde os jornalistas patrícios e condutores das reformas editoriais se inspiraram, adotar postura clara de não desvalorizar o exercício de apuração da notícia *in loco* por parte de repórteres.

Para Albuquerque, a figura do *copydesk*, um revisor na prática estadunidense e também intermediador do processo de produção textual da reportagem até o parque gráfico, ganhou importância desmedida, no Brasil, em detrimento da ação investigativa do repórter que trabalha, quase sempre, fora do ambiente da redação. No sentido de exemplificar esse ponto de vista, ele cita a afirmação de Douglass Cater, na obra *The Fourth Branch of Government*, para quem “o bom repórter é julgado pela condição de suas pernas”.

O livro de Mônica Manir, *Por um ponto final*, vai, na medida do que se permite no jornalismo brasileiro, de encontro à construção argumentativa de Afonso de Albuquerque, filiando-se, guardadas as devidas proporções e respeitando-se as diferenças temporais, ao legado deixado pela *Revista Realidade* que circulou pelos idos das décadas de 1960 e 1970. A publicação da editora Abril primava por reportagens com claro teor investigativo, assim como se tratava de escrita com preparação cuidadosamente elaborada, dispondo a equipe de reportagem de tempo suficiente para o processo criação textual.

A obra, que reúne parte da produção jornalística de Manir para um diário paulistano, tem o mérito de ressignificar essa corrente do jornalismo, cuja denominação mais precisa, para o prefaciador do livro, o jornalista e professor universitário Eugênio Bucci, é *jornalismo de palavra*. Bucci não trabalha com a categoria jornalismo literário, justificando-se pelo fato de ela direcionar-se, muitas vezes, para obras com viés claramente mercantilista. É algo bem distante da obra em tela. O direcionamento de Mônica Manir produz, de maneira explícita para o leitor, efeitos estéticos inegáveis, sem abdicar em momento algum da densidade de informação.

Vê-se, claramente, que prevalece o ato de contar uma história em cada capítulo, tarefa funcional cuja abrangência recompõe elementos narrativos de forma a dar contornos criativos à escrita, sem a fixação em proceder de modo a atender, prioritariamente, os ditames da objetividade, tema sempre presente em debates acerca da produção de notícias no âmbito das escolas de jornalismo ainda neste século, mais de cinquenta anos após o período das reformas modernizadoras.

A ferramenta para essa operação textual de narrar histórias recorre, algumas vezes, ao conhecimento colateral do leitor. É um aspecto sobre o qual reflete a semiótica de Charles Sanders Peirce, um filósofo da corrente pragmatista (Ibri, 1992). Ou seja, desenha-se a noção do *continuum*, razão pela qual esse tipo de leitura pede um leitor proficiente, alguém que possua algum repertório para um melhor deleite cognitivo.

Um exemplo acachapante em meio a tantos outros. Na tessitura narrativa de Mônica Manir, há menção ao conto *A cartomante* de Machado de Asis, no capítulo intitulado “Dos postes às mesas dos videntes”, na qualidade de portador do arranjo textuário que a autora conecta ao delineio temático ambientado na cidade de São Paulo, de sua própria lavra. Há um cuidado em citar, ao final do capítulo, a datação da reportagem quando de sua presença no veículo de imprensa (17 jul. 2016). O *Post Scriptum* é revelador da permanência de uma prática cidadina descrita por intermédio daquela materialidade jornalística: “Cartazes de consulta a búzios, tarô e afins continuam afixados em postes de São Paulo, com promessas de volta do amado, sigilo absoluto e pagamento só depois do resultado.”.

Constata-se, em construções desse tipo, o afincamento laboral e a presença autoral da repórter. É alguém com larga visão das vicissitudes cotidianas e com agudeza de

repertório, algo cuja matriz estocástica pode ser, de alguma maneira, revelada quando se busca pelo currículo da jornalista na plataforma Lattes. Ela possui o tradicional bacharelado em Jornalismo; e, também, mestrado e doutorado em Bioética, *background* amplamente desejável para uma profissional do século XXI, tempo em que a complexidade temática e metodológica da cobertura midiática já exige, há tempos, pessoas com formação e visão interdisciplinar.

Trata-se, revisitando o artigo de Afonso de Albuquerque (2009), de apartar as noções de profissionalização (já sobejamente presente na cena profissional e sindical da categoria) daquelas que correspondem ao profissionalismo. Este requer atributos outros, para além da formalização contratual e jurídica, os quais passam pela institucionalização de itens como é o caso da cláusula de consciência (a recusa em escrever acerca de temário que afronta convicções religiosas, comportamentais, políticas, etc.), amplamente aceita em vários países; e, indubitavelmente, a liberdade criativa para a operação do texto, com forte presença autoral, marca registrada da inserção de elementos distintivos, no processo criador, da autoria da reportagem. Mônica Manir desenvolve um trabalho que rumo para esse estágio, importante no sentido de fortalecer o *jornalismo de palavra*.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Revista Alceu**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 100-115, 2010. Acesso em: 30 set. 2023.
- IBRI, Ivo Assad. **Kósmos Noetós**. São Paulo: Perspectiva, 1992.